

Estudo Técnico Preliminar 21/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08221.000571/2023-56

2. Descrição da necessidade

- 2.1. Trata-se de serviço de reforma no Posto de Controle de Fronteira de Assis Brasil/AC;
- 2.2. As intervenções são necessárias afim de adaptar o ambiente atual para o atendimento ao público local;
- 2.3. Ressalta-se por oportuno que a aquisição de caráter urgente e inadiável, considerando que sem as devidas e necessárias intervenções, torna-se insalubre e inviável o exercício das atividades desempenhadas no local;
- 2.4. O Grupo Técnico de Edificações do Acre (GTED/SR/PF/AC) é responsável por fiscalizar e também licitar as ampliações, modernizações, reparos e alterações das Instalações desta SR/PF/AC e propor soluções em Engenharia, providos pelos mais diversos fornecedores, públicos e privados;
- 2.5. Haja visto que tanto a PF, como a SR/PF/AC não possuem empresas permanentemente Contratada com mão de Obra especializada para confeccionar Projetos Executivos de Obras de Engenharia, tampouco empresas permanentemente Contratada com mão de Obra especializada para executar Projetos Executivos de Obras de Engenharia, faz se necessário a contratação em Certame Licitatório Único (Contratação de material e mão de obra);
- 2.6. Nesse contexto, a contratação dos Serviços acima citados se mostra uma alternativa viável e contundente com as necessidades expostas, por oferecer a possibilidade de se maximizar a eficiência da Gestão Pública.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED	Renan Trebien

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação e Demais anexos.
- 4.2. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto.
- 4.3. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação.
- 4.4. Para a contratação de Obras de Engenharia , entende--se aplicável:
 - 4.4.1. A NBR 13245 é a norma técnica que fornece diretrizes para a execução de pinturas em edificações não industriais, aplicadas aos diversos substratos, indicando os sistemas de pintura adequados;
 - 4.4.2. A NBR 13753 é a norma técnica que estabelece requisitos para a execução, fiscalização e recebimento de revestimento de pisos externos e internos com placas cerâmicas assentadas com argamassa colante;
 - 4.4.3. A NBR 9575 é a norma técnica que estabelece requisitos para a execução de impermeabilização em diversas plataformas;
 - 4.4.4. A NBR 14565 é a norma técnica que estabelece requisitos para execução de redes lógicas na edificação.

4.4.5. Além dessas, deve ser observadas quaisquer normas referentes aos serviços que serão executadas;

4.5. Critérios de sustentabilidade:

4.5.1. Na concepção dos projetos e especificações em geral foram considerados os seguintes requisitos:

4.5.2. Emprego de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis;

4.5.3. Utilização de andaimes preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;

4.5.4. Os materiais e equipamentos a serem utilizados nas edificações devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;

4.5.5. Utilização de revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza, e que favoreçam o conforto térmico e acústico das edificações;

4.5.6. Utilização de equipamentos economizadores de água, com baixa pressão, tais como torneiras com arejadores, de fechamento automático, sanitários com válvulas de descarga com duplo acionamento ou a vácuo;

4.5.7. Os resíduos gerados pelos entulhos da reforma devem ter destino ao aterro sanitário do município e ser descartado em local destinado para construção civil.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Considerando a necessidade da administração, como também já exposto acima; tanto a PF, como a SR/PF/AC, não possuem empresas permanentemente contratadas com mão de obra especializada para confeccionar projetos executivos de obras de engenharia, tampouco empresas permanentemente contratadas com mão de obra especializada para executar projetos executivos de obras de engenharia; a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa que execute no mesmo processo licitatório a confecção do projeto executivo com a posterior execução da obra.

5.2. O município de Assis Brasil/AC, situado em região de fronteira e de difícil acesso logístico, apresenta baixa disponibilidade de empresas locais com expertise comprovada em execução de reformas prediais de órgãos públicos com fornecimento de material e mão de obra integrada. Em consulta ao Cadastro Geral de Empresas da Receita Federal e ao Painel de Preços do Compras.gov.br, verificou-se que a maioria das empresas com capacidade técnica e registro no CREA/AC está sediada em Rio Branco, Brasília ou Cruzeiro do Sul, o que exige previsão logística adequada no contrato.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a realização de processo Licitatório do Tipo Pregão, em razão do valor da Obra de Engenharia, onde esta visará Contratar Empresa que será responsável pelo fornecimento de material e mão de obra, na qual seja a contratação de empresa especializada para Reforma de Edificação visando executar a reforma do Posto de Controle de Fronteira de Assis Brasil - AC localizado na Aduana da Estrada do Pacífico, BR 317, KM 01, BR.

6.2. A instalação será realizada conforme Projeto Executivo da parte licitante.

6.3 Os materiais a serem empregados nas Construções deverão atender às Normas, Especificações e Métodos de Ensaio da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

6.4 Em se tratando de reforma, no decorrer das atividades pode haver adaptações necessárias para a plena implementação do Objeto deste Projeto Básico, no tocante a reforma da Edificação. Portanto, pode haver aumento ou supressão de itens constantes na Planilha Estimativa e de Formação de Preços, o qual será feito dentro dos limites permitidos por lei.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme orçamento elaborado e documentos anexados no processo.

Para o orçamento dos insumos e composições (Material + Mão de obra) foram utilizadas as seguintes fontes:

Tabela SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - pois é uma base oficial amplamente utilizada na construção civil, com dados técnicos elaborados pela Caixa Econômica Federal em conjunto com o IBGE;

Pesquisa de preços no painel do Banco de Preços

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 230.000,00

O valor estimado da obra é de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Não será permitido o parcelamento do objeto, visto que trata-se de reforma.

9.2 Em caso de reforma é inviável o fracionamento por alguns motivos:

9.2.1 Imprevistos que podem ocorrer no transcorrer da reforma;

9.2.2 Dificil identificação do responsável pela execução de cada etapa e consequentemente sua responsabilização por problemas ocorridos em cada etapa;

9.2.3 Pequeno espaço de trabalho para atacar várias frentes de serviço.

9.3. Em regra, conforme § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/21, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.4. O levantamento das atividades a serem realizadas na contratação, indica que se tratam de serviços gerais, que poderão ser realizados por uma única empresa, gerando economia na mobilização de pessoal para a execução dos trabalhos.

9.5. Portanto, com relação à IN SEGES/MP 05/2017, ao § 2º art. 40 da Lei 14.133 / 2021 e à Súmula 247 – TCU, optou-se pelo não parcelamento da licitação, pois a existência de diferentes empresas realizando serviços assemelhados, subsequentes e complementares torna o contrato técnica, econômica e administrativamente desfavorável à Administração. O parcelamento poderá ocasionar prejuízo para o conjunto da solução e perda de economia de escala.

9.6. O parcelamento do objeto poderia causar problemas de compatibilidade entre as diferentes peças que compõem o escopo completo do objeto

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação do objeto a que este documento se refere não faz parte do Plano Anual de Obras 2024 (PLANOB 2024), porém, está previsto no Plano Anual de Obras 2025 (PLANOB 2025);

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Como já foi explicitado neste estudo, a Reforma de Edificação visa executar a adequação do Posto de Controle de Fronteira de Assis Brasil situado em Assis Brasil/AC e promoverá uma nova situação de melhoria nos ambientes de trabalho da Superintendência.

12.2 Pelo exposto, parece claro que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a solução apontada neste documento.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não são esperados impactos ambientais além dos de praxe para execução de obras comuns de engenharia, tais como o aumento do consumo de água e energia, além da produção de resíduos construtivos. Mas a contratada deverá respeitar as normas vigentes, o edital e os documentos técnicos deste processo para minimizar esses impactos.

14.2. Serão tomadas todas as medidas necessárias e exigidas na legislação para mitigar os impactos ambientais gerados.

14.3. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

14.3.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

14.3.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

14.3.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

14.3.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

14.3.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

14.3.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.3.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

14.3.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de

Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do estudo, esta equipe técnica declara viável a contra. Sendo necessário a adequação do imóvel para desenvolver um melhor trabalho pela equipe que trabalha no local, prestando um serviço de excelência e qualidade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENAN TREBIEN

Escrivão de Polícia Federal



Assinou eletronicamente em 30/07/2025 às 15:38:42.